

AVALIAÇÃO: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Míria Helen Ferreira de Souza

Profa. Departamento de Educação, CAMEAM/UERN. Mestranda POSEDUC/UERN

Disneylândia Maria Ribeiro

Profa. Departamento de Educação, CAMEAM/UERN. Mestranda PPGE/UFPE

Charles Carlos da Silva

Graduando do curso de Letras/NAESU/UERN

Zênia Regina dos Santos Barbosa

Mestranda PPGE/CAMEAM/UERN

RESUMO

INTRODUÇÃO: O referido trabalho é uma reflexão sobre a avaliação como recurso de ensino que possibilita a análise de avanços e recuos do processo ensino-aprendizagem. Esboça a releitura de uma atividade avaliativa de Língua Portuguesa aplicada no 5° ano do Ensino fundamental, numa escola alocada em Mossoró/RN. METODOLOGIA: É uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, apoiada nas discussões teóricas de Hoffmann (2010; 2005), Oliveira; Chadwick (2007), BRASIL (2001; 2008), e Marconi; Lakatos (2008). RESULTADOS: A pesquisa evidenciou a fragilidade presente no uso da avaliação como eixo norteador do ensino e evidenciou a aplicabilidade de questões avaliativas que não condizem ao atendimento das necessidades de aprendizagem dos aprendentes. CONCLUSÕES: A avaliação ainda se configura como ação arbitrária ao ato de aprender. A docência ainda concebe o processo avaliativo a partir da dicotomia entre pensar e agir.

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Docência

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o propósito de refletir sobre a avaliação como recurso de ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A avaliação escolar é um instrumento pedagógico que permite analisar avanços e dificuldades dos alunos no processo ensino-aprendizagem.

Sendo um dos eixos norteadores da prática educativa, sua relevância se caracteriza por se configurar num processo dialógico e interativo inerente à construção



do conhecimento, aspecto que corrobora para que o sujeito se torne uma pessoa melhor, mais crítica, autônoma e participativa.

O referido artigo se constitui de duas partes principais: a primeira discute a avaliação enquanto ferramenta pedagógica e, a segunda, esboça uma análise de questões avaliativas aplicadas numa turma do 5° ano do Ensino Fundamental.

METODOLOGIA

O trabalho, ora apresentado, tem cunho qualitativo e se constituiu por meio da releitura de aportes teóricos disseminadores de reflexões sobre a temática abordada. Tomou-se como base: Hoffmann (2010; 2005), Oliveira; Chadwick (2007), Brasil (2001; 2008), e Marconi e Lakatos (2008).

Foi desenvolvida uma pesquisa exploratória a partir de fontes documentais e da observação *in locu* numa turma do 5° ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede estadual de ensino da cidade de Mossoró/RN, com o objetivo de identificar, nas práticas avaliativas, elementos que promovam o avanço na construção do saber e contribuam para a formação leitora e escritora das crianças.

A coleta de dados se deu por meio de visitas no campo de investigação, conversas informais com a professora e alunos e um exame minucioso de uma atividade avaliativa de Língua Portuguesa aplicada no segundo bimestre letivo do ano de 2011, na turma supracitada, com o propósito de observar se as questões propostas, de fato, têm um caráter desafiador para os educandos. Visualizou-se a relação das questões propostas na tarefa avaliativa com as orientações formuladas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e os descritores da Prova Brasil

RESULTADOS

A avaliação como recurso de ensino



A demonstração do aprendizado adquirido desde os primeiros momentos de vida dos sujeitos está sempre sendo colocado à prova como se fosse obrigação apresentar a sociedade o que se sabe.

Essa necessidade de mostrar o aprendido pode ser figurada a partir das palavras iniciais balbuciadas por uma criança que, sob o comando de seus familiares, é instigada a repeti-las para outras pessoas. Na escola, os alunos que conseguem concretizar as tarefas em conformidade com a expectativa dos docentes, também são apontados como referência em relação aos que têm um grau de dificuldade mais acentuado.

Partindo desses pressupostos, conclui-se que avaliar é "julgar".

O ato de avaliar é um processo intrínseco aos sujeitos e isto se comprova pelo fato de que avalia-se até mesmo sem convite. O julgamento que se faz sobre algo pode ser notificado por um olhar, gestos e palavras, e embora, às vezes, ocorra de modo involuntário, é preciso considerar que além de ser subjetivo é intencional.

Algumas vezes, a avaliação feita não condiz com os objetivos do avaliado, como também, nem sempre o avaliador se satisfaz ao defrontar-se com posturas contraditórias àquilo que defende. A contrariedade sentida diante do processo de avaliação funciona como impulsionadora à refacção, visto que, os homens são seres competitivos por natureza, e estão sempre em busca da perfeição, mesmo sabendo que isso é uma utopia.

Pensar a avaliação nessa perspectiva impele a mencionar o tratamento que Hoffmann (2010, p. 17), na obra *Avaliação: mito ou desafio: uma perspectiva construtivista*, afere ao vocábulo: "A avaliação é a reflexão transformada em ação". Nessa perspectiva, o sujeito repensa a prática e usa os erros ou acertos como preâmbulos que permeiam caminhos rumo ao avanço do conhecimento.

O ato de avaliar está presente em todos os ambientes, mas o espaço social onde esse processo é mais percebido é na escola. Nela convivem as pessoas que mais avaliam e as que mais são avaliadas: professores e alunos.

No âmbito educacional, a avaliação se configura como uma das questões mais problemáticas na medida em que amplia a dicotomia entre o discurso e a prática dos educadores. Um dos aspectos que diferencia a avaliação realizada fora dos muros da



escola é que, na maioria das vezes, esta não tem propósitos definidos e as estratégias utilizadas são sempre pessoais, enquanto que, na instituição de ensino, a avaliação tem um objetivo final.

Perceber o ato avaliativo no campo do produto final diverge da base teóricometodológica, abordada por Hoffmann (2005), no livro *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. Na obra supradita, a autora infere que a avaliação é
processual, não tem começo, meio ou fim. Daí, a necessidade de os educadores estarem
desmistificando os conceitos tradicionais arraigados na cultura escolar e passarem a
verificar que, devido o conhecimento ser dinâmico, a avaliação escolar não deve ocorrer
por etapas, e sim de forma contínua.

Na literatura de Oliveira; Chadwick (2007, p. 331) intitulada *Aprender e ensinar*, avaliação é considerada "um método para adquirir e processar evidências necessárias para melhorar a aprendizagem do aluno", bem como, "um instrumento de prática educativa que permite estabelecer a eficácia das várias intervenções do professor". A postura dos autores remete a concepção de que a avaliação é um mecanismo que envolve todos os sujeitos partícipes do processo de ensino-aprendizagem, por esse motivo é fundamental que se tenha consciência do que é avaliar, sua importância e efeitos, a fim que seja possível transferir o conhecimento anterior a uma nova situação de aprendizado.

Vista nesse formato, a avaliação passa a cumprir duas funções: subsidiar o professor na análise dos procedimentos de ensino utilizados e favorecer ao aluno a oportunidade de retornar ao feito, a fim de produzir conhecimentos sistematizados.

O processo avaliativo perpassa três momentos diferentes, conforme prescrito por Oliveira e Chadwick (2007), são eles: A avaliação diagnóstica, a avaliação formativa e a avaliação somativa.

A avaliação diagnóstica é um mecanismo de seleção que deve ser feita no início do ano escolar a fim de que se conheça o alunado e sejam feitos ajustes ao programa de ensino que correspondam às necessidades de aprendizagem. Para este tipo de avaliação são usados testes padronizados, entrevistas, pesquisa em documentos, questionários e observação direta do comportamento das crianças. Os instrumentos



avaliativos devem ser precisos, pois, por meio deles, as decisões sobre os rumos dos educandos serão tomadas. (OLIVEIRA; CHADWICK, 2007).

A avaliação formativa tem como objetivo principal fornecer ao professor informações sobre o aprendizado do aluno no decurso escolar. Por meio dela é possível conhecer o grau de aprendizagem dos estudantes e adequar o programa a eles ou viceversa. Para tanto, são utilizados instrumentos formais (testes, redações, projetos, fichas avaliativas, entre outros) e informais (observação diária do professor, correção das tarefas de casa, acompanhamento dos deveres de classe, exercícios, relações entre os alunos), com o intuito de detectar progressos e deficiências, tanto na formação do alunado como na proposta curricular (OLIVEIRA; CHADWICK, 2007).

Sobre este momento avaliativo, os autores supracitados reiteram que,

o propósito deste tipo de avaliação é formar: fazer o que for preciso para que o aluno atinja os resultados previstos, ou mesmo para modificar os objetivos, dependendo dos resultados. [...] O princípio que comanda esse tipo de avaliação é: se o aluno não aprendeu é porque o ensino não foi adequado (OLIVEIRA; CHADWICK, 2007, p. 337).

Os referidos autores generalizam a aprendizagem como responsabilidade da escola, mas, é consensual que outros fatores interferem no processo de aprender. Optouse por não pontuá-los para não haver distorções no alvo da discussão, porém concordase que, quando a escola não atende aos anseios dos alunos, não está respondendo ao seu papel de instância promotora do saber.

Oliveira; Chadwick (2007, p. 378) consideram a *avaliação somativa* como modelo usado, tipicamente, com um objetivo final. Confirmam que neste modelo avaliativo "o que está em questão é o produto e não o processo".

É evidente que, no enfoque dessa modalidade avaliativa, os instrumentos usados são as provas finais que, depois de analisadas pelo professor é atribuída uma nota que deve corresponder à média definida pelas secretarias de educação de cada região. Essas convenções determinam a aprovação ou reprovação dos estudantes em alguns níveis de escolaridade, configurando-se assim, como controladora e classificatória.



Mesmo em tempos de mudanças, ainda não é possível definir o tipo de avaliação mais adequada aos espaços escolares. É salutar conceber que estudos sobre os parâmetros de avaliação se perpetuam nos patamares da educação brasileira como basilares porque, mesmo que ocorra um processo de avaliação mecânico e simplista, que não informe ao professor o estado real em que se encontra a aprendizagem dos alunos e a eficiência do programa de ensino aplicado, a ausência deste também contribui para a deficiência da educação.

Compreende-se que avaliar é uma estratégia que deve ser utilizada pelas escolas para recuperar o que não foi aprendido. O grande problema está no fato de que, para uma parcela de professores, avaliar se tornou um ritual de busca de erros e atribuição de notas. Por isso, que a elaboração de questões eficientes nas atividades avaliativas, ainda, não se configura como uma preocupação docente.

A observação *in locu* realizada para efetivação deste artigo, deixou evidente que a avaliação somativa se perpetua na escola. Para confirmar tais conclusões, serão esboçadas, a seguir, uma análise de questões avaliativas aplicadas na turma do 5º ano do ensino fundamental, a fim de que se vislumbre a anuência do caráter pedagógico a elas atribuído.

Análise de questões propostas para avaliar: o real e o pretendido

Os resultados que serão apresentados correspondem à análise de uma atividade avaliativa realizada no 2º bimestre com uma turma do 5º Ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede estadual de Mossoró/RN.

Conforme descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2001), ensinar a ler, escrever e contar são competências básicas que o aluno deve adquirir ao longo dos Anos Iniciais. Para que se tenha certeza da ampliação dos conhecimentos em relação a esses requisitos, é fundamental avaliar na perspectiva crítico-reflexiva.

Normalmente, uma aula de leitura tem como objetivo principal a proficiência e a compreensão dos alunos sobre o proposto e, nesse ínterim, o professor assume a



função de mediador no sentido de que acompanha os alunos analisando, paulatinamente, o que necessita ser aprendido. Atrelados ao trabalho com os procedimentos de leitura, surge a oralidade, a interpretação, a capacidade de argumentação, a ortografia e a gramaticalidade.

Na sequência, a aplicabilidade de atividades com essa estrutura vai se tornando mais complexa e exigindo do professor a capacidade de diferenciar o nível de aprendizagem de seus alunos, observando-se que as salas de aula se caracterizam pela heterogeneidade e isso imbui a perceber que cada ser tem seu jeito e tempo de aprender, e, por isso, a avaliação deve respeitar os avanços, o domínio de saberes e a maturidade intelectual.

É de fundamental importância a utilização de aportes teóricos que fundamentam a prática pedagógica e os documentos institucionais que regem o ensino-aprendizagem da entidade educativa, pelos docentes, para definir o instrumento de avaliação que mais corresponde ao cenário da sala de aula. Nas escolas brasileiras esse percurso nem sempre se define no formato apresentado. As avaliações escolares ainda não são elaboradas de modo a induzir o aluno a construir um pensamento crítico, criativo e reflexivo.

Mesmo essa situação caótica sendo do conhecimento dos docentes e presente nos discursos que clamam por uma educação de qualidade, a realidade é outra. Por esse motivo, determinou-se como foco principal desse trabalho a análise de uma atividade avaliativa que apresenta questões elaboradas de modo impreciso e não contribuem com o aprendizado devido a inúmeras falhas detectadas.

Optou-se em fazer uma pesquisa documental porque, segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 48) os dados necessários estavam restritos a documentos escritos que puderam ser analisados no decurso do trabalho investigativo.

A fonte dos documentos foram os arquivos da secretaria escolar do lócus da pesquisa, com acesso autorizado pela gestora da referida instituição. Corresponde a cópia de uma atividade avaliativa de Língua Portuguesa do 5º ano do Ensino Fundamental, além do plano das atividades anuais e as Matrizes de Referência, Temas, Tópicos e Descritores da Prova Brasil 2011 que é o instrumento utilizado para avaliar o



desempenho dos estudantes nas áreas de linguagem e matemática neste ano escolar. Tais fontes foram tratadas com fidedignidade, a fim de não compactuar com os problemas mencionados pelo autor supracitado em relação à falsificação e desconhecimento dos objetivos (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Para que o aluno possa desenvolver as competências na área da linguagem é necessário ter o domínio de habilidades comunicativas que lhe permitam viver em sociedade como: saber interagir verbalmente, participar e compreender diálogos, reconhecer e produzir variados tipos de textos que circulam no âmbito da sociedade. Os descritores que referendam o ensino da linguagem no 5º ano do Ensino Fundamental têm foco na leitura considerando-a como fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem em todas as áreas do conhecimento e para o exercício da cidadania (BRASIL, 2008).

Partindo desses pressupostos, serão apresentados os modelos de questões coletados na atividade avaliativa de Língua Portuguesa, da turma mencionada, e suas relações com os objetivos de aprendizagem definidos pelo professor e os descritores referentes a este ano escolar.

A atividade avaliativa, em análise, apresenta um texto e sete questões, assim distribuídas: Duas de múltipla escolha; Uma de falso/verdadeiro; Uma de correspondência; Uma de completação.

O texto base escolhido é um poema intitulado *Cimento armado*. Não há referências sobre a sua autoria. É composto por vinte versos com rimas alternadas. Seu modo de organização é uma narrativa que retrata a transformação da paisagem natural em um ambiente cultural, no entanto, essa ideia não está explícita no texto. A seleção vocabular é usual para crianças nessa fase de escolarização.

Considerando-se que o referido poema consegue retratar o atual cenário da cidade onde os alunos que responderam a atividade residem, enfatiza-se que nenhuma das questões propostas impele a pensar sobre as modificações que estão ocorrendo no espaço local.

A questão 1, itens "a" e "b", corresponde ao descritor 1 das Matrizes de Referência da Prova Brasil porque exige do aluno a localização de informações



expressas no texto (BRASIL, 2008). É uma questão de múltipla escolha por apresentar em seu enunciado um problema em forma de pergunta e sugerir possíveis soluções. Oliveira; Chadwick (2007) afirmam que quando este tipo de questão é bem elaborado pode trazer resultados satisfatórios nas habilidades de interpretação, análise e avaliação.

O item "a" não atende aos parâmetros determinados pelos autores supracitados, pois apresenta um enunciado de difícil compreensão. Se o intuito era facilitar o entendimento, considera-se que este não se configurou como positivo devido a complexidade com a qual foi elaborado. O item "b" estabelece a relação causa/consequência entre partes e elementos que constroem a narrativa, pois as alternativas propostas permitem ao aluno situar-se no contexto do poema.

A segunda questão também se refere ao descritor 1, no entanto, o modelo selecionado é percebido por Oliveira; Chadwick (2007, p. 362) como ineficientes, visto que "1. é uma forma rudimentar de testar conhecimentos; 2. o aluno tem pelo menos 50% de chance de adivinhar a resposta."

Os tópicos 3, 4 e 5 não atendem a nenhum dos descritores da Prova Brasil, pois estes se referem ao tratamento didático-pedagógico com a leitura e as questões apresentadas se caracterizam pelo aprendizado da pura gramática, sem que haja relação com o contexto.

A 3ª questão é de múltipla escolha e tem como foco principal o estudo gramatical. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa o domínio dos conteúdos gramaticais devem ser mediados em tarefas de produção de textos a fim de que o aluno possa refletir sobre a língua. Nesse caso, não houve preocupação com o aspecto pontuado.

A forma de organização do tópico 4 utiliza duas colunas paralelas, com palavras e numerais que a criança deve relacionar, caracterizando-se assim como uma questão de correspondência. Conforme Oliveira; Chadwick (2007), este formato desfavorece o raciocínio devido ao fato de que apenas possibilita ao alunado o estabelecimento de relações simples sem necessidade de reflexão.

A questão 5 compactua com o já exposto anteriormente sobre questões de múltipla escolha, sendo que esta tem objetivos inerentes ao desenvolvimento da



habilidade de conhecimento da terminologia, neste caso, a seleção e classificação dos substantivos.

O 6º tópico corresponde a completação de espaços em branco pelo aluno. Este tipo de atividade pode ser considerado fácil devido priorizar a memorização, a reprodução da informação ou a reelaboração de situações-problemas. A questão em análise enfatiza apenas a escrita ortográfica.

A última questão é um ditado de palavras que devem ser escritas com X ou CH que serão citadas pela professora. É de senso comum referendar que a docência utiliza este tipo de atividade apenas para dar nota à ortografia, enquanto que, para Oliveira; Chadwick (2007, p. 77), "a pedagogia do uso do ditado é outra", é um exercício de solução de problemas, constituindo-se num instrumento eficiente para o desenvolvimento da escrita.

É pertinente mencionar a preocupação que se deve ter com o caminho a ser trilhado para a produção da aprendizagem. Uma trilha inerente à construção processual do saber, negando-se todas as possibilidades de aprender pela sorte e onde a avaliação não ocorrerá de forma aleatória e sem significado.

Finalizando...

Sabendo-se da contribuição da avaliação para a transformação das modalidades estruturais da inteligência é possível nomear a intervenção do professor, do currículo e das relações sociais como responsáveis pela inclusão de elementos formuladores de novos consensos acerca do que seja aprender e, concomitante a isso, comungar com o fato de que não existe método de ensino puro, mas formas adequadas de intervir no processo.

A comunidade escolar necessita de uma nova roupagem que revista os sujeitos nela inseridos de propostas avaliativas eficientes. A falta de preparo e informação de alguns docentes pode ser considerada o maior inimigo do ato de aprender.

No lócus da pesquisa, foram detectadas evidências correspondentes aos aspectos acima elencados. É perceptível a dificuldade de avaliar os alunos diante de



elementos que respaldam a formação leitora e escritora como um aprendizado para a vida.

Há desequilíbrio entre os objetivos propostos para o ensino da linguagem, com ênfase ao processo de leitura e escrita, com as questões apresentadas na atividade. A avaliação de Língua Portuguesa analisada se configurou como mais uma tarefa rotineira para os alunos por obedecerem sempre a tradicional sequência: leitura, interpretação, ortografia e gramática.

O cenário da referida atividade impossibilita ao educando situar-se diante do lido e aferir opiniões pessoais, desobriga a releitura do conteúdo explanado em sala de aula, desvaloriza a produção textual, utiliza a gramática de modo descontextualizado e desconsidera a capacidade da criança de inferir o aprendizado no cotidiano escolar como usual à vida.

As orientações relativas aos descritores da Prova Brasil e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em relação à linguagem, não foram contempladas na atividade avaliativa em discussão.

A análise de apenas uma atividade avaliativa aplicada no espaço escolar pode ser percebida como algo mínimo diante da demanda de tarefas as quais os alunos participam no cotidiano da escola. No entanto, preocupa a quantidade de conflitos detectados numa única tarefa avaliativa. Tal situação remete ao interesse em investigar a concepção docente sobre o ato de avaliar, se os conteúdos aplicados atendem as necessidades de aprendizagem das crianças de modo particular, se as práticas pedagógicas são arbitrárias ou interativas e se há diálogo com o alunado diante dos resultados de sua aprendizagem. Porém, isso é o recomeço de uma nova investigação.

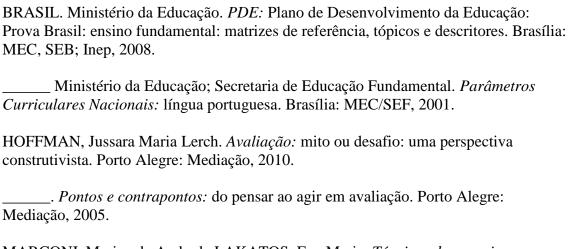
Encontra-se sobre a alçada do professor a responsabilidade de proporcionar aos alunos uma perspectiva de avaliação que corrobore para a aquisição do saber reflexivo acerca dos conteúdos trabalhados em âmbito escolar, caso contrário, a dicotomia existente entre o pensar e o agir no processo de avaliação continuará sendo reforçada como um mito, conforme alerta Hoffman (2010).



Resta, portanto, refazer os caminhos marcados pelos conflitos e contradições do sistema avaliativo que vem, ao longo dos anos, doutrinando o aluno para reproduzir somente o que os manuais sugerem.

Cabe à docência romper com esses paradigmas e conceber a avaliação como o desafio de fazer de novo. É fazendo que se aprende.

Referências



MARCONI, Marina de Andrade LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa:* Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e; Chadwick, Clifton. *Aprender e ensinar*. 8 ed. Belo Horizonte: Alfa Educativa Ltda., 2007.